

You Can Count on Us... Quality Costs No More at Sears

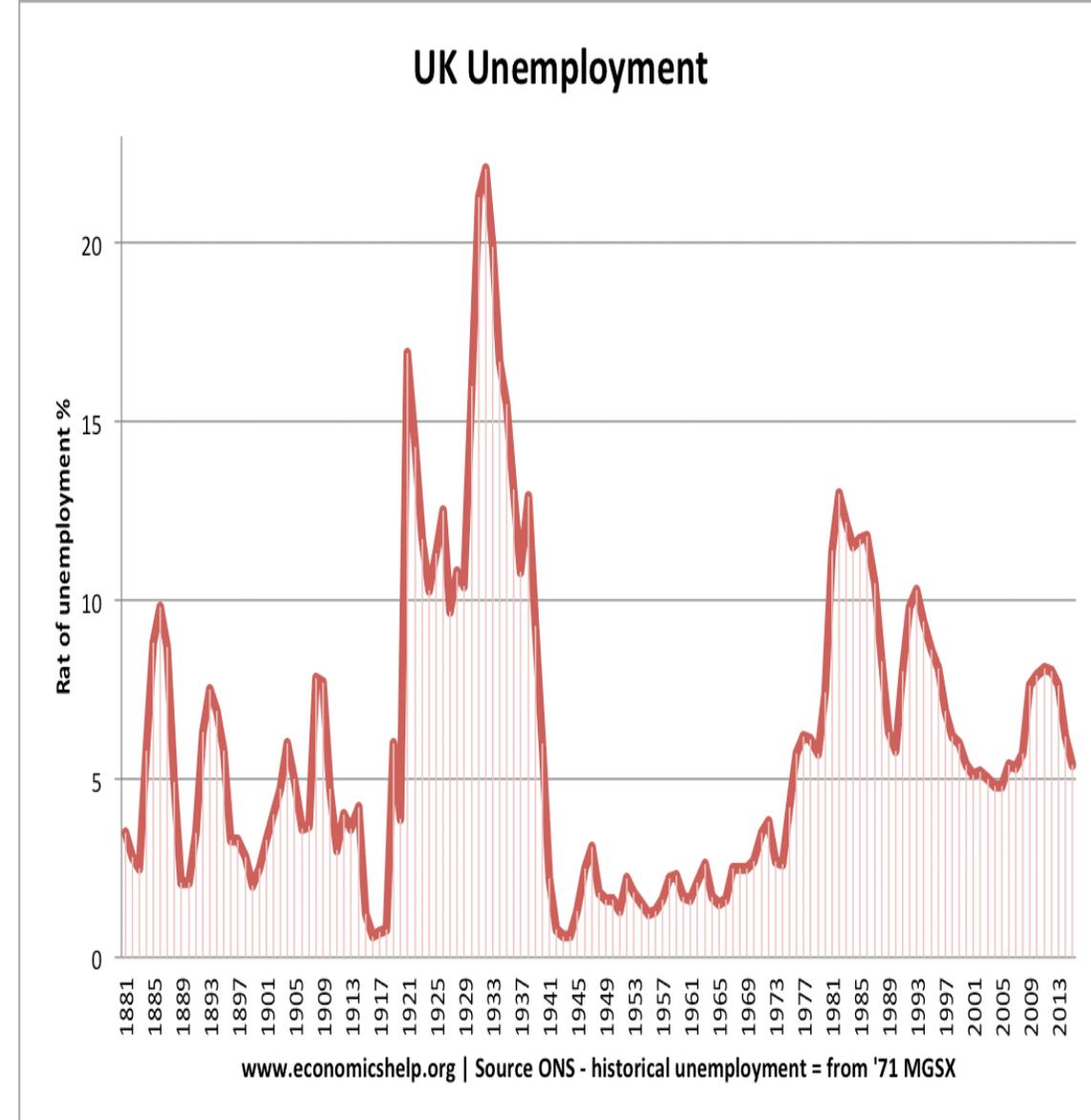


Sears
COLDSPOT Freezers
Modern Living... New Ease and Convenience

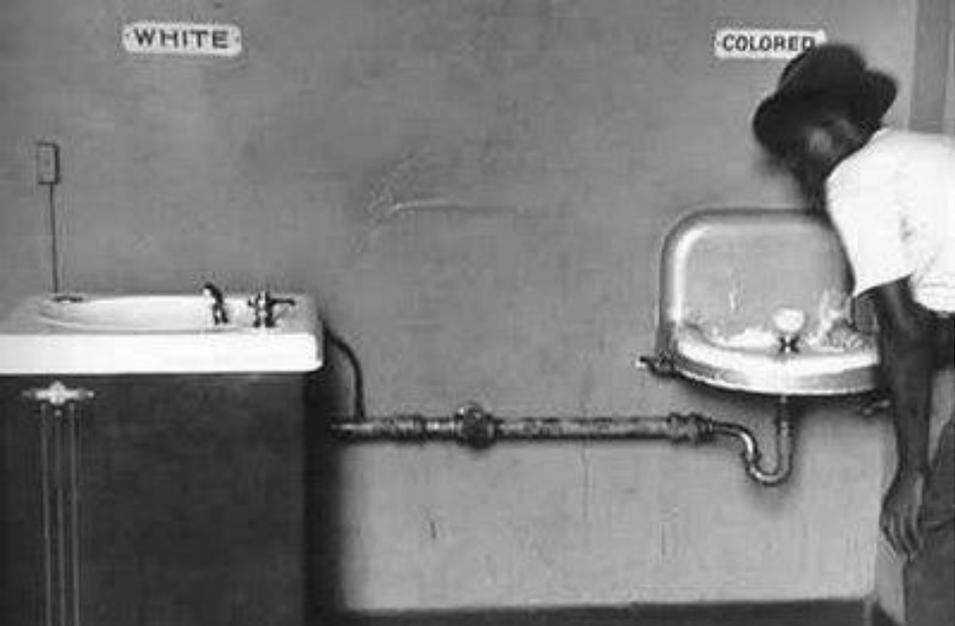
Propaganda do Sears Coldspot Freezer, 1965

A expansão econômica entre 1940 e 1973 na Europa e nos EUA foi baseada na consolidação de um padrão de consumo “fordista”, ancorado no aumento do nível global de emprego e as taxas de salários reais. Durante este período, o fortalecimento de sindicatos ampliou o poder de barganha do operariado e possibilitou a generalização de contratos coletivos de trabalho a partir dos setores industriais líderes. Simultaneamente, a consolidação de mecanismos de financiamento ao consumo e a criação de uma rede pública de proteção social e trabalhista ampliaram dentre as famílias europeias e americanas a sensação de segurança no trabalho e possibilitaram o planejamento de seus gastos e a ampliação sem precedentes do consumo de bens duráveis. Consolidaram-se assim os chamados **“trinta anos gloriosos”** marcados por contínuo crescimento econômico e relativa estabilidade política em todo os países capitalistas centrais

“O advento do sufrágio universal e a ascensão dos partidos políticos de esquerda, no início do século XX, já haviam explicitado as dificuldades de compatibilizar os interesses financeiros representados pela ordem internacional calcada no padrão-ouro com os interesses materializados nos grupos sociais que crescentemente pressionavam pela defesa dos seus interesses nas principais nações do mundo. Encerrados os conflitos da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se o consenso por uma nova ordem internacional, na qual o liberalismo econômico (ou, mais especificamente, a ampliação do comércio internacional de mercadorias) pudesse conviver com sistemas nacionais de proteção social, que pudesse defender os indivíduos das incertezas geradas pelo mercado”



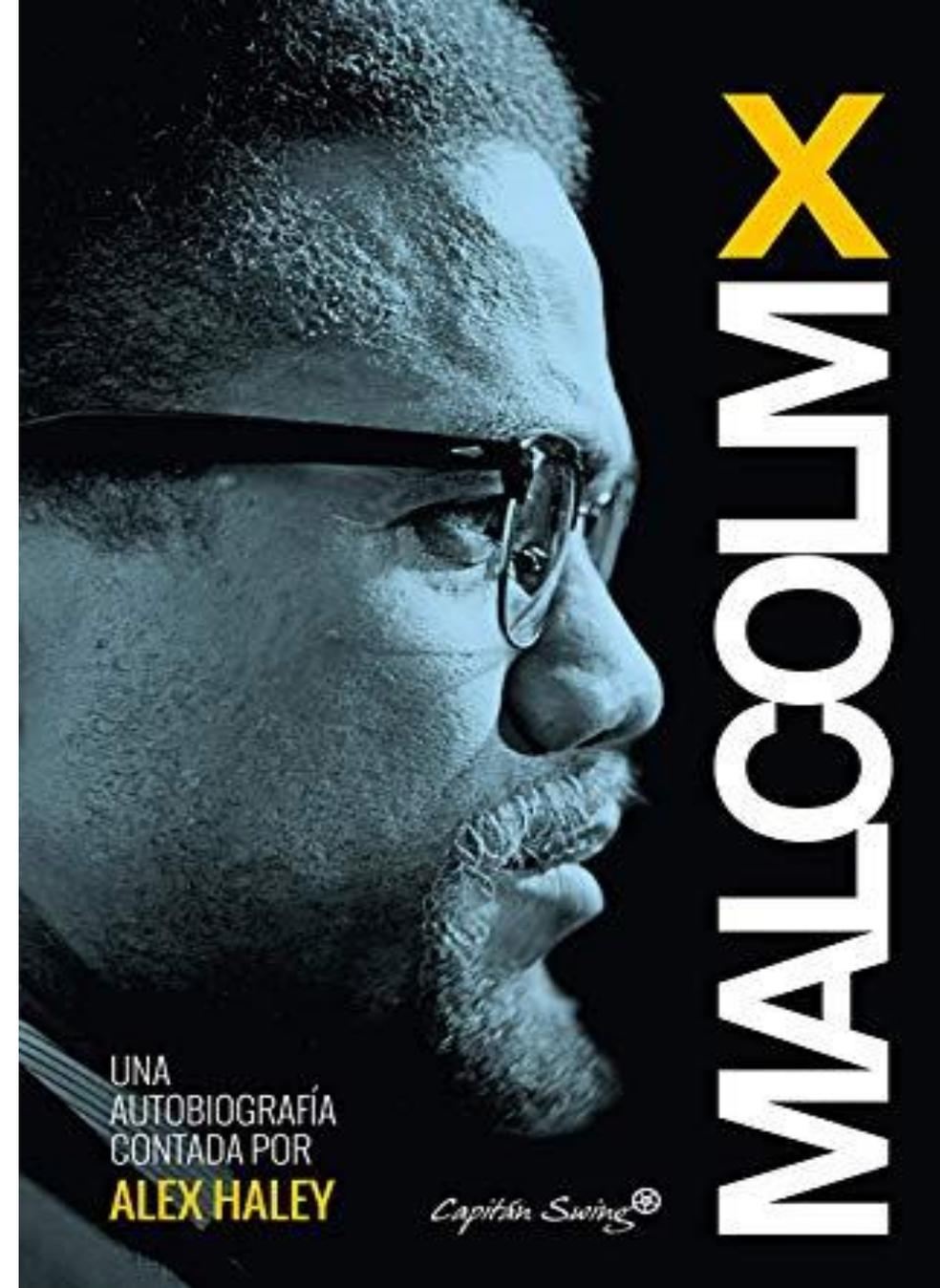
(MATTOS, Fernando Augusto. *Elementos Explicativos da Expansão Econômica Virtuosa dos Anos Dourados (1945-1973)*. Revista de Economia Política Revista de Economia Política, vol. 25, nº 1 (97), pp. 28-49, janeiro-março/2005)



On March 7, 1965, Alabama state troopers beat civil rights marchers in Selma

Ao longo destes “trinta anos gloriosos”, contudo, o Estado de bem estar social foi questionado e corroído por contradições sociais crescentes. Inicialmente, as décadas de 1950 e 1960 nos EUA foi marcada pela ascensão da **luta por direitos civis da população negra**, subordinada a uma política segregacionista que a marginalizava dos benefícios do pacto capital-trabalho que então se consolidava. Por um lado, o movimento negro norte-americano conquistou a *Lei dos Direitos Civis* (Civil Rights Act) de 02/07/1964, que pôs fim às leis segregacionistas, bem como a *Lei dos Direitos ao Voto* (Voting Rights Act) de 06/08/1965, que proibiu restrições em nível estadual e municipal ao voto da população negra. Por outro lado, ao final da década de 1960 os negros norte-americanos seguiam morando em ghettos com precária estrutura urbana, altos níveis de desemprego e subemprego e alta violência policial.

“Quando minha mãe estava grávida de mim, ela me contou mais tarde, um grupo de encapuzados da Ku Klux Klan cavaleiros galoparam até nossa casa em Omaha, Nebraska, uma noite. Cercando a casa, brandindo suas espingardas e fuzis, começaram a gritar pelo meu pai para sair. Minha mãe foi até a porta da frente e abriu-a. Postando-se em um lugar onde podiam ver sua gravidez, ela disse a eles que ela estava sozinha com seus três filhos pequenos e que meu pai estava fora, pregando em Milwaukee. Os homens da Klu Klux Klan gritaram ameaças e advertências para minha mãe, avisando que era melhor saírem todos da cidade, porque “as boas pessoas cristãs” não iam admitir que meu pai “criasse problemas” entre os “bons” negros de Omaha, com as pregações de volta à África de Marcus Garvey. Meu pai, o Reverendo Earl Little, era um ministro batista, um devotado trabalhador para a UNIA (Universal Negro Improvement Association) de Marcus Aurelius Garvey”



Trecho da autobiografia de Malcolm X

Em segundo lugar, entre 1940 e 1970 houve crescente participação militar dos Estados Unidos em países periféricos nas Américas, África e Ásia. Destacam-se neste contexto os golpes e ditaduras militares na maioria dos países da América Latina, em resposta à eclosão da Revolução Cubana e à ascensão de movimentos camponeses e governos à esquerda dispostos a profundas reformas agrárias. Destaca-se também a **Guerra do Vietnã**, que em 1954 conquistara sua independência em relação à França e se dividira em duas partes: norte socialista e sul capitalista. Em 1965, os Estados Unidos entraram diretamente em guerra contra o Vietnã do Norte e contra as guerrilhas vietcongues ao Sul. Comunistas lançaram em 01/1968 a Ofensiva do Tet, que colocou em xeque a supremacia bélica dos EUA. Os Estados Unidos se retiraram do conflito em 1973 e o Vietnã se reunificou em 1976.



Acima, Salvador Allende em meio ao golpe militar chileno de 09/1973; abaixo, o Brigadeiro General Nguyen Ngoc Loan, chefe de Polícia Nacional do Vietnã do atira em um prisioneiro em uma rua de Saigon em 02/1968.





Acima foto de 1972 de Kim Phuc Phan Thi, que aos 9 anos teve grande parte das costas, da nuca e do braço esquerdo queimados por uma substância química chamada napalm na Guerra do Vietnã; abaixo, discurso de despedida do presidente Dwight Eisenhower em 1961



“A formação de um imenso complexo militar e de uma grande indústria armamentista é uma nova experiência nos EUA. Sua influência total – econômica, política, mesmo espiritual – é sentida em cada cidade, em cada governo estadual, em cada escritório do governo federal. Nós reconhecemos que seu desenvolvimento é uma necessidade imperativa. Mas nós devemos compreender suas graves consequências. Nosso trabalho, nossos recursos, nossa subsistência estão envolvidas, assim como a própria estrutura de nossa sociedade. Nestas esferas de governo, nós devemos nos proteger contra a aquisição de influência injustificada, diretamente procurada ou não, deste complexo industrial militar. O potencial para um aumento desastroso do extravio de poder existe e vai persistir. Nós não devemos deixar o peso desta combinação trazer perigo a nossas liberdades e ao nosso processo democrático” (Último discurso como presidente de Dwight Eisenhower, 1961 [Tradução minha])

Em terceiro lugar, destacam-se as manifestações estudantis contra as perspectivas de uma vida reduzida à alienação no trabalho e no consumo de mercadorias. Estudantes norte americanos mobilizaram-se ao longo das décadas de 1950 e 1960 contra a guerra do Vietnã e a desigualdade racial nos EUA, culminando em 1968 em ocupações em faculdades por todo o país: pesquisa feita em 1969 em mais de 232 universidades mostrou que ao menos 215 mil alunos participaram de protestos contra a guerra, 3.652 foram presos e 1.000 suspensos ou expulsos por envolvimento em atividades políticas. Paralelamente, estudantes franceses mobilizaram-se no início de maio de 1968 contra o fechamento da unidade de Nanterre da Universidade de Paris. Face a ameaça de expulsão de líderes dos protestos contra a instituição, estudantes realizaram ocupações nos campi em Nanterre e em Paris. Em meio à repressão policial, as ruas de Paris viraram cenário de batalhas campais durante vários dias.





“Antes da Segunda Guerra Mundial, a França tinha apenas 60 mil estudantes universitários para uma população de 42 milhões de habitantes. Em 1968, a França tinha 50 milhões de habitantes e o número de estudantes aumentara radicalmente para 600 mil. O sistema universitário enfrentava uma dupla crise: os prédios, os alojamentos estudantis e as instalações eram insuficientes e a qualidade da educação sofria com isso. Foram estes fenômenos que deram base material à revolta que se seguiu, somados à estrutura autoritária e à tentativa insensata de impor a disciplina da reitoria. O tiro saiu pela culatra, mas se isso não acendesse o rastilho, outra coisa o faria. A verdade é que a França estava a ponto de explodir” (Tariq Ali, “O poder das barricadas: Autobiografia dos anos 1960”, São Paulo, Boitempo, 2008, p.288)

Em quarto lugar, um novo movimento operário na Europa transbordou limites das estruturas sindicais e apontou para além do Estado de bem estar social. Durante as tensões estudantis franceses de maio, **uma greve geral foi convocada em 13/05/1968.** Quase dois terços da força de trabalho do país (cerca de 9 milhões de pessoas) no auge do movimento cruzaram os braços na maior greve da história, com pautas que questionaram fundamentos da organização do trabalho e do poder dentro da fábrica: recusa do salário ligado às exigências de ritmo e produtividade; questionamento da hierarquia gerencial; reduções de tempo de trabalho. Pressionado, em 30/05 o presidente De Gaulle renunciou e convocou eleições para junho. Com essa manobra, somada às promessas de aumentos salariais e à postura conciliatória do Partido Comunista, o governo retomou o controle da situação.

QUADRO 2

Jornadas não trabalhadas em conflitos trabalhistas de países selecionados
(médias anuais por 1.000 trabalhadores ativos)

País	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1986-1990
Alemanha	18,3	6,0	47,7	44,1	43,3	4,1
Áustria	85,4	11,9	14,7	2,1	1,8	1,2
Bélgica	63,0	144,8	195,8	183,2	não disponível	não disponível
Brasil*	não disponível	não disponível	não disponível	204,8	250,9	1750,8
Dinamarca	107,6	42,7	354,5	75,9	262,3	79,6
Espanha	14,1 (d)	37,1	95,6	1089,8	400,9	433,6
Finlândia	143,7	104,8	595,5	520,7	271,2	343,2
França	146,3	134,0(a)	186,7	154,2	65,8	34,6
Grécia	32,1	48,1(b)	não disponível	não disponível	36,0	126,4(c)
Holanda	8,0	14,0	36,1	27,8	18,7	11,2
Irlanda	337,5	625,6	292,7	716,1	360,6	183,7
Itália	648,4	933,6	1063,9	940,0	536,8	218,2
Noruega	104,7	12,4	9,3	36,3	49,7	123,3
Rei.Unido	127,0	222,6	538,6	521,7	387,4	117,5
Suécia	3,8	33,0	65,5	220,3	36,7	121,2
Suíça	2,7	0,2	0,9	2,6	0,4	0,3

(a) 1968 excluído; (b) 1966-1967 somente; (c) 1986-1988 somente; (d) 1963-1965 somente

Fonte: OIT, *Year Book of Labour Statistics*, apud Ferner e Hyman (1992a).

* Os dados do Brasil para o período de 1976 a 1980 são da pesquisa NEPP/Unicamp e não incluem os anos de 1976 e 1977. Para os períodos seguintes, dados do SAG/Dieese.



Trabalhadores da Renault em maio de 1968

“Houve e ainda há uma crise das instituições, uma crise das superestruturas tal que ainda não lhe vemos em toda a extensão. De fato, em cerca de 20/05/1968, as superestruturas da sociedade francesa desmoronaram. [...] Creio que deve ser apreciado em toda sua extensão esse fenômeno de crise institucional, decomposição de tudo que forma uma sociedade. Há uma opção: essa sociedade pode ser reconstruída por cima ou por baixo. Haverá tentativas nos dois sentidos: reconstruí-la pela via democrática de baixo para cima, única via revolucionária, ou reconstruí-la de cima para baixo a partir do que foi conservado do poder e do aparelho político. Eis uma opção de profunda gravidade e me parece que este é o fundo do problema” (Henri Lefebvre, “A irrupção: Causas e efeitos da revolta dos jovens na sociedade industrial. São Paulo: Documentos, 1968. p.130)

A década de 1970 foi marcada por rápidas e profundas transformações econômicas que crescentemente transbordaram os mecanismos reguladores dos conflitos sociais e da acumulação de capital em escala nacional.

Depois da Segunda Guerra, o pacto capital/trabalho nos países centrais deu origem a um forte sistema de controle macroeconômico que dosava o ritmo de mudança tecnológica e organizacional (por meio do poder de empresas monopolistas), restringia a luta de classes (por meio de negociações coletivas) e equilibrava mais ou menos produção e consumo de massa (por meio do gerenciamento estatal).

Mecanismos como estes mostraram-se cada vez mais estreitos e rígidos em face de uma nova etapa de globalização que nascia nos anos 1970.





“De modo geral, o período entre 1965 e 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades poderiam ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez.

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital de larga escala e longo prazo em sistemas de produção de massa, que impediam a flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável dos mercados. Havia problemas de rigidez nos mercados de trabalho e qualquer tentativa de superá-los encontrava a força profundamente entrincheirada da classe trabalhadora (o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período entre 1968 e 1972)”
(David Harvey, “Condição Pós-Moderna”. São Paulo: Loyola, 1993, p.136)

Ao longo da primeira metade do século XX, a acumulação de capitais nos países centrais manteve-se relativamente restrita seja aos sistemas econômicos nacionais, seja às relações entre metrópoles e suas colônias. Este foi o fundamento das duas guerras mundiais que opuseram os interesses de burguesias nacionais adversárias em especial dentro do continente europeu. Após a 2ª Guerra Mundial, iniciou-se um processo de **transnacionalização do capitalismo** capitaneado em especial por investimentos de corporações dos EUA. Neste contexto, o Mercado Comum Europeu foi criado em 1957 com Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália e Alemanha Ocidental, expandindo-se em 1973 para Inglaterra, Irlanda e Dinamarca.

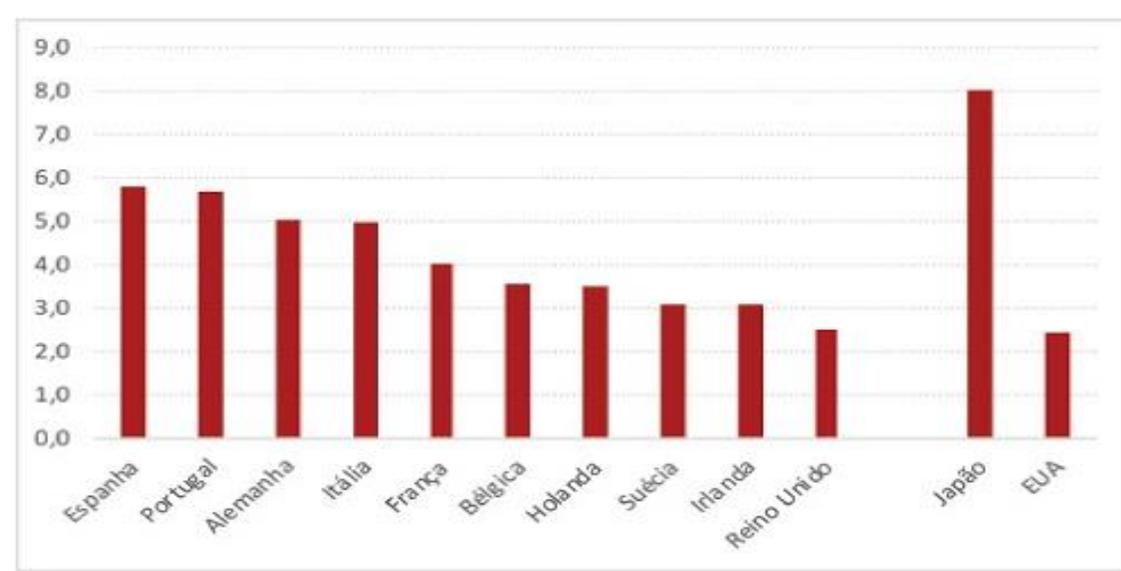


Figura 1. Taxa de crescimento do PIB per capita, 1950-1973 (%)

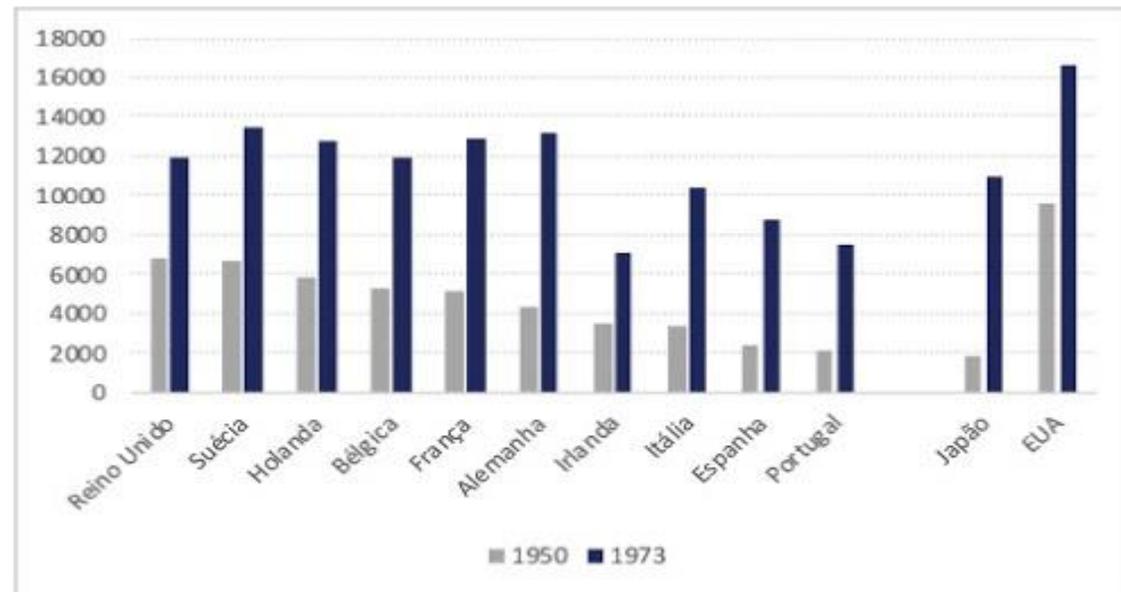


Figura 2. PIB per capita em 1950 e em 1973 (em dólar internacional de 1990)

Maddison, A. (1996). *Macroeconomic accounts for European countries*. In Ark, B. & Crafts, N. (Ed.), *Quantitative Aspects of Post-War European Economic Growth* (pp. 27-83). Cambridge: Cambridge University Press.

CELSO FURTADO

TRANSFORMAÇÃO
E CRISE
NA ECONOMIA
MUNDIAL



PAZ E TERRA

“No plano econômico, o dado de significação mais geral a ter em conta é a taxa relativamente fraca do crescimento da economia dos Estados Unidos, comparado com as demais economias industrializadas. Um índice significativo desta evolução nos é dado pela produção de aço. Em 1946, a produção dos Estados Unidos alcançou 54% da produção mundial; em 1955, a participação americana desceu para 40% e em 1966 para 25%. Outro dado significativo é a produção de automóveis: em 1955, a produção americana ainda representava 80% da produção mundial; em 1966, essa participação se havia reduzido a 40%. Os seis países no Mercado Comum Europeu, cujos produtos nacionais agregados em 1950 representavam 40% do produto nacional dos EUA, em 1960 já haviam aumentado esta relação para 55%”

Paralelamente, a década de 1970 foi marcada por uma revolução das tecnologias de informação e comunicação com o surgimento da microeletrônica.

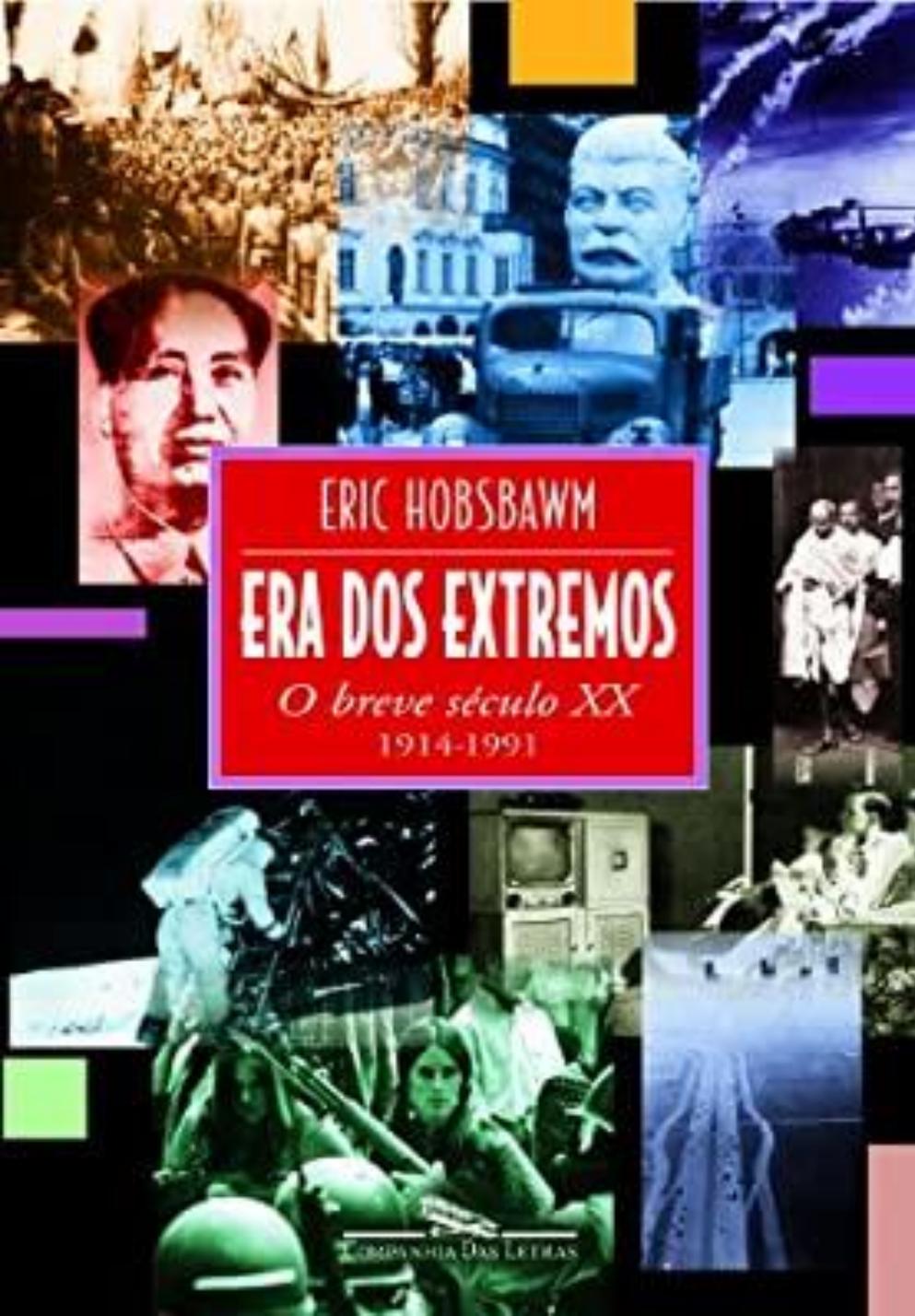
Nos anos 1960, o "Advanced Research Projects Agency" (Arpa) do Departamento de Defesa dos EUA elaborou o primeiro projeto de uma rede de computadores que pudessem trocar informações, implementado entre 1969 e 1970 com a rede computacional ARPANET entre a Universidade da Califórnia em Los Angeles, o Stanford Research Institute, a Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e a Universidade de Utah. Em 1971 foi inventado o microprocessador, em 1975 surgiu o primeiro microcomputador pessoal (MITS Altair 8800) e em 1977 foi criado o primeiro microcomputador pessoal de sucesso comercial (Apple II). Condição fundamental para a difusão dos microcomputadores, o desenvolvimento de softwares iniciou-se em 1976.



Apple II, 1977



Desenvolvimento da Arpanet, 1969

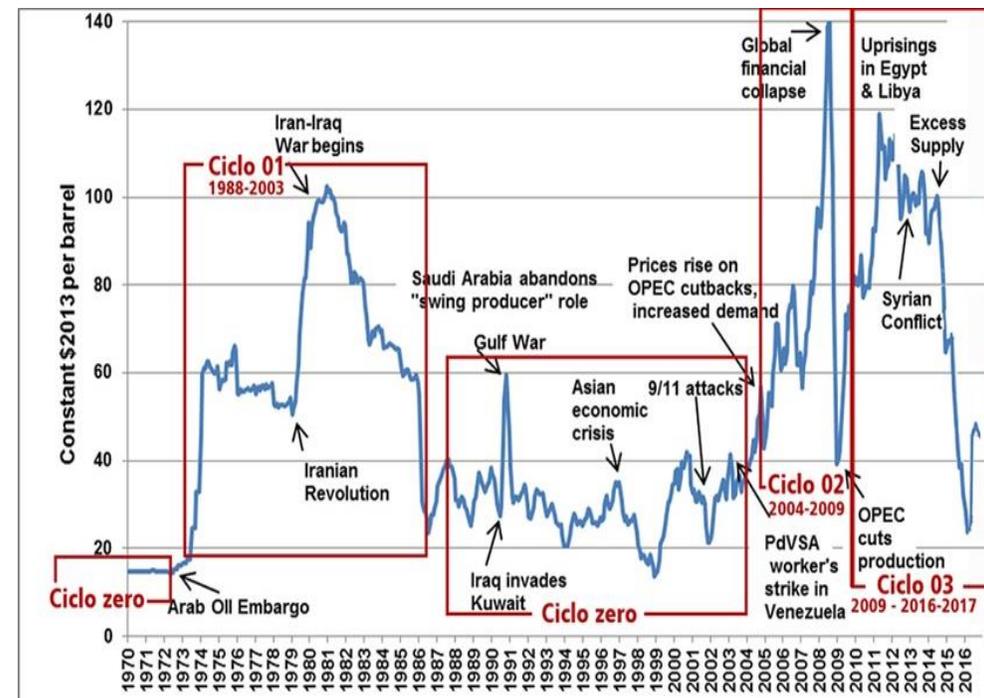


“De que adiantava à URSS o fato de que em meados da década de 1980 ela produzia 80% mais aço, duas vezes mais ferro gusa e cinco vezes mais tratores que os EUA, quando não se adaptara a uma economia que dependia de silício e software? [...] As perspectivas do socialismo como alternativa global dependiam de sua capacidade de competir com a economia mundial capitalista, reformada após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial e transformada pela revolução “pós industrial” das tecnologias de comunicação e informação na década de 1970. Ficou então claro que o socialismo estava ficando para trás em ritmo acelerado” (Eric Hobsbawm, “A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)”. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 244-246)

A operação de grandes conglomerados transnacionais, sobre uma nova base técnica que acelerava significativamente o fluxo de informações ao redor do mundo, deu origem a um volume crescente de recursos circulando no sistema financeiro internacional que escapavam ao controle das autoridades monetárias nacionais. Este problema tornou-se evidente pela primeira vez com a **crise do petróleo de 1973**: depois da Guerra do Yom Kippur e do apoio explícito dos Estados Unidos a Israel, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) impôs uma forte redução da oferta de óleo bruto, elevando seu preço aceleradamente. Gigantesco volume de *petrodólares* nas mãos dos países exportadores de petróleo exacerbou a já forte instabilidade do mercado financeiro mundial.



Filas por combustível em 1973



CELSO
FURTADO

TRANSFORMAÇÃO
E CRISE
NA ECONOMIA
MUNDIAL

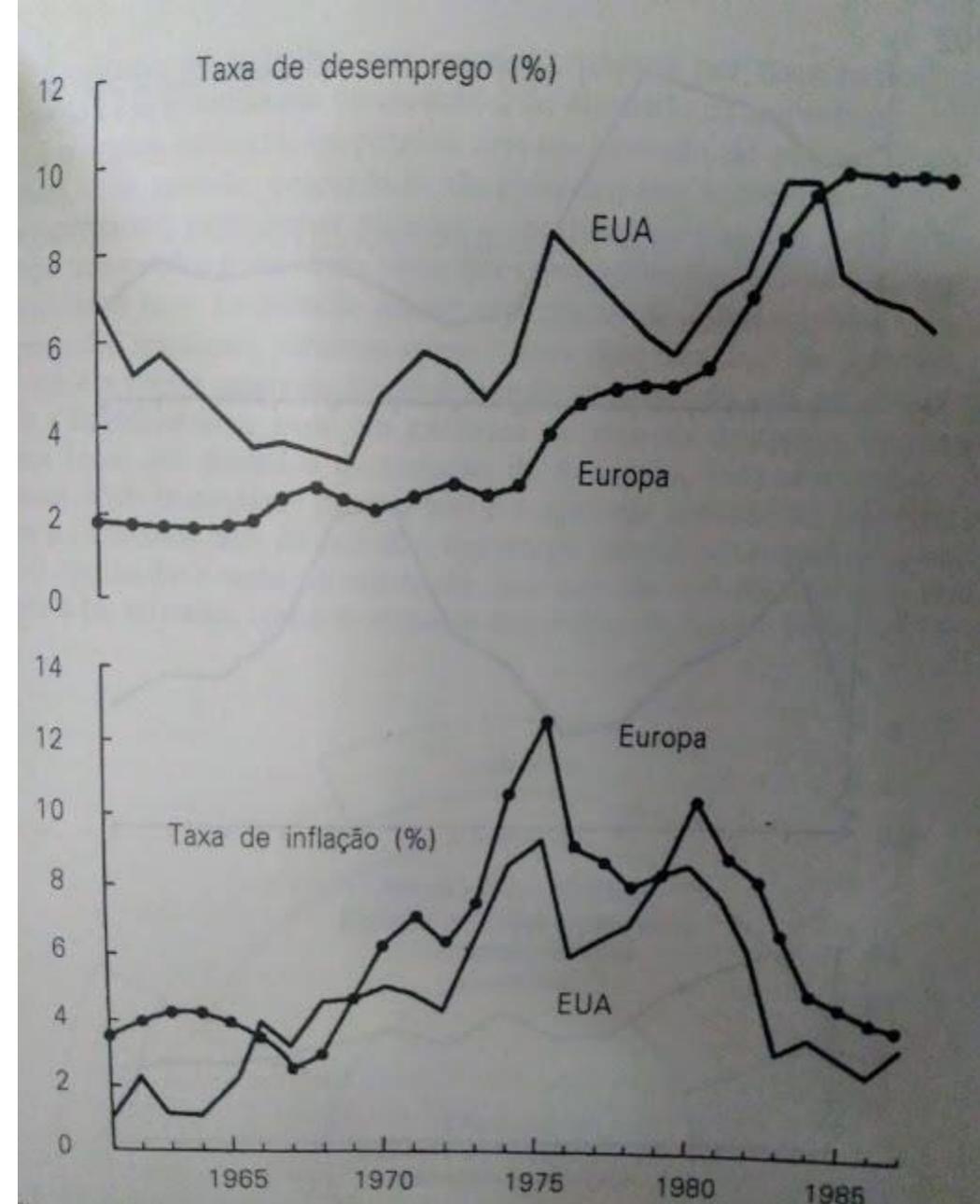


PAZ E TERRA

“A verdade é que as fronteiras dos antigos sistemas nacionais desaparecem, enquanto grandes conglomerados com atuação transnacional enfeixam um poder crescente. Os recursos líquidos de que dispõem essas grandes empresas tornam-se frequentemente superiores às reservas dos bancos centrais do mundo capitalista. Estes recursos transitam pelo mercado financeiro internacional e escapam ao poder de quaisquer autoridades monetárias. Em síntese: dentro do quadro institucional atual, os Estados nacionais não têm a possibilidade de coordenar a ação que todo um conjunto de poderosos agentes exerce no sistema capitalista em escala transnacional”

(Celso Furtado, “Tranformação e crise na economia mundial”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 70)

Entre 1940 e 1970, o Estado de bem estar social nos países centrais conseguiu equacionar a elevação do padrão de consumo das massas trabalhadoras e a expansão da base produtiva de bens e serviços, mantendo sob relativo controle a taxa de inflação na Europa e nos EUA. Contudo, a partir da década de 1970 as ações e expectativas tanto de capitalistas, quanto dos trabalhadores transbordaram os mecanismos de regulação dos Estados. Como resultado, gastos públicos tornaram-se incapazes de neutralizar conflitos sociais e de coordenar o ritmo de investimentos. Pelo contrário, políticas keynesianas conduziram ao longo da década de 1970 a uma **combinação de estagnação e inflação**.



(David Harvey, "Condição Pós-Moderna". São Paulo: Loyola, 1993, p. 141)

“A crise de 1973-1975 derivou em grande parte da rigidez acumulada de políticas públicas implementadas no período fordista keynesiano. As políticas keynesianas mostraram-se inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Sempre foi parte do consenso político fordista que as redistribuições deviam se fundamentar no crescimento, então a redução do crescimento significou inevitavelmente problemas para o Estado de bem estar social e do salário social [...] O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós guerra”
(David Harvey, “Condição Pós-Moderna”. São Paulo: Loyola, 1993, p.157)

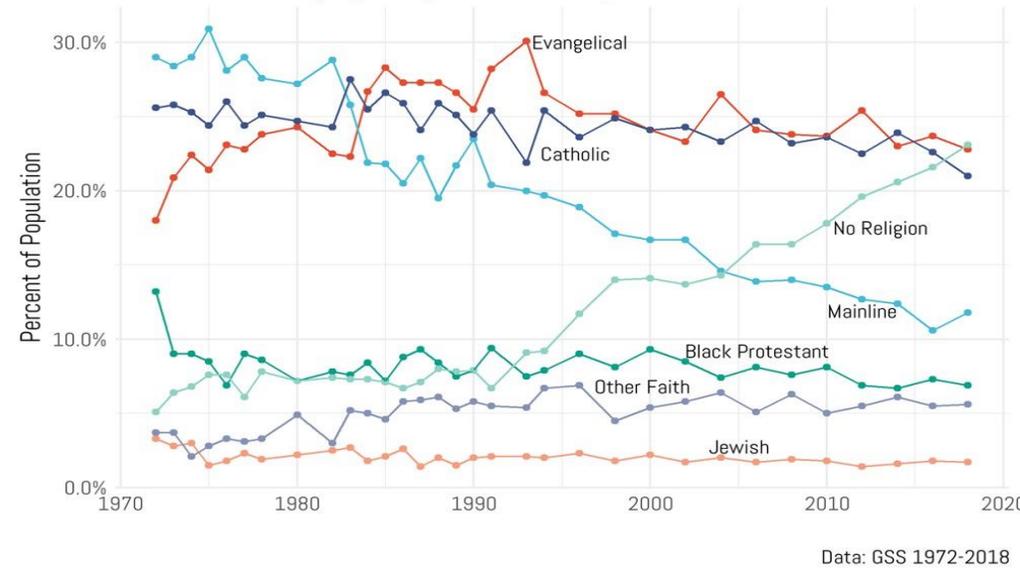
David Harvey

CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

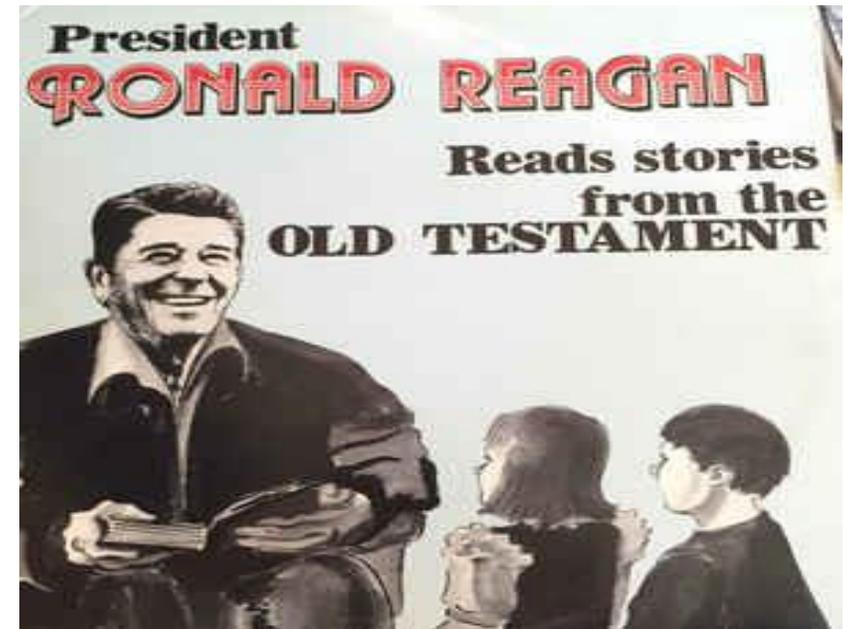


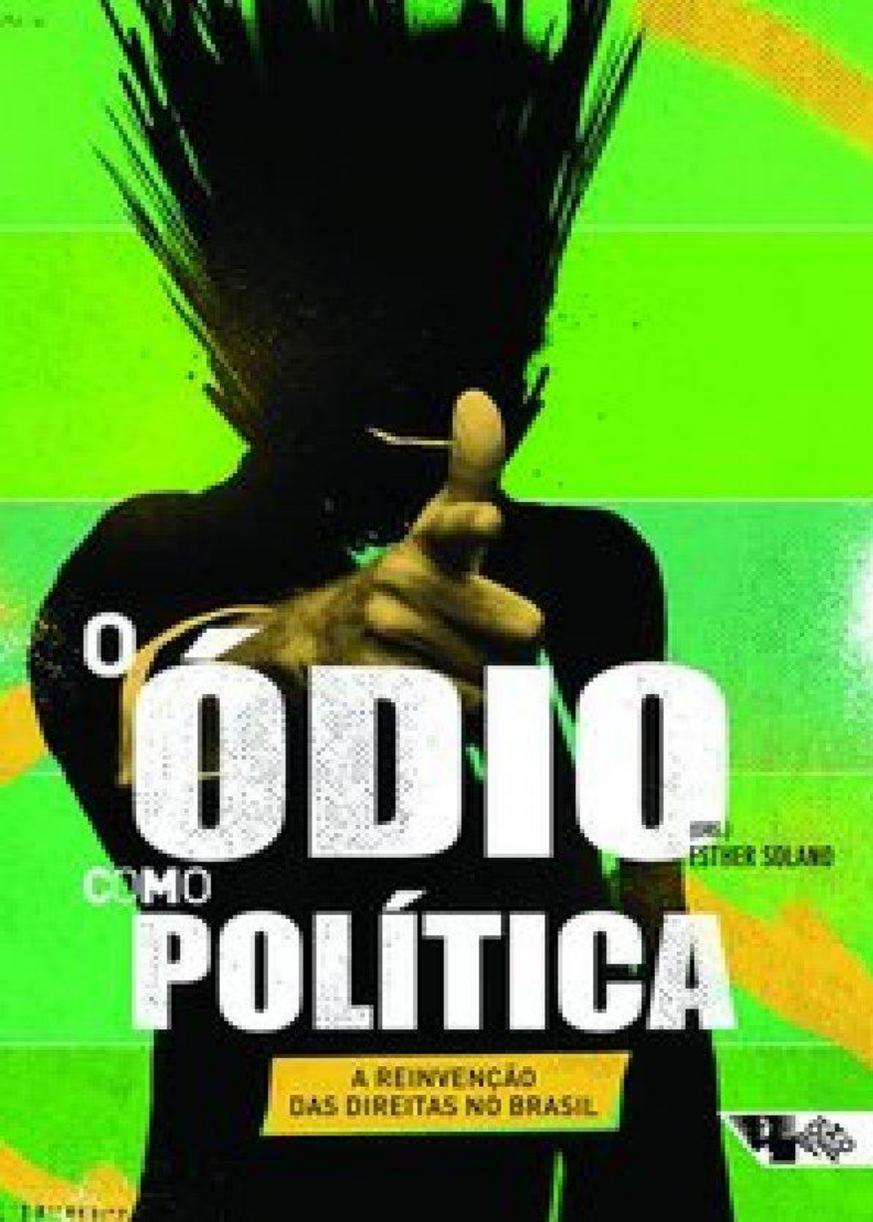
A década de 1970 também foi marcada por profundas transformações políticas, colocando em xeque os pactos sociais que davam sustentação ao Estado de bem estar social nos países centrais do capitalismo. Dentre estas transformações, destaca-se a **ascensão do neoconservadorismo** em reação tanto ao intervencionismo do Welfare State, quanto ao questionamento da moral tradicional por parte dos movimentos feminista, LGBT, negro e da juventude. Neoconservadores propõem-se o resgate dos valores tradicionais da família e da religião como pilares fundamentais da ordem, disseminando-se dentre as massas populares nos EUA especialmente com o fortalecimento do neopentecostalismo por meio da multiplicação de “televangelistas” ao longo das décadas de 1970 e 1980.

America's Changing Religious Landscape



<http://www.openculture.com/2019/04/the-nones-are-now-as-big-as-catholics-evangelicals-in-the-united-states.html>





(Silvio Almeida, Neoconservadorismo e liberalismo. In “O ódio como política”. São Paulo: Boitempo, 2018)

“Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. [...] Diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social; abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória ‘sociedade sem classes’ levaria a uma degradação cultural sem precedentes. A prova disso estaria, segundo o pensamento neoconservador, na ‘infestação’ de hippies, sindicalistas, estudantes, comunistas, negros e feministas, grupos que ganharam força em razão da permissividade e do assistencialismo estatal. Assim, a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa”

Paralelamente, a década de 1970 foi marcada pela **ascensão do neoliberalismo**, em meio ao esgotamento das políticas ditas keynesianas. Nesta perspectiva, setores antes geridos pelo Estado devem ser passados à iniciativa privada e libertos de interferências, revalorizando-se a competição no livre-mercado como uma virtude primordial. Sucesso ou fracasso econômicos devem assim ser interpretados como resultado de méritos ou faltas individuais em vez de atribuídos a alguma contradição de ordem sistêmica. Neste contexto, a desigualdade social não é entendida como um problema a ser corrigido ou como fonte de instabilidade econômica e política, pelo contrário a concentração de riquezas no todo da pirâmide social é vista como benéfica ao gotejar (trickle down) sobre a população como um todo.

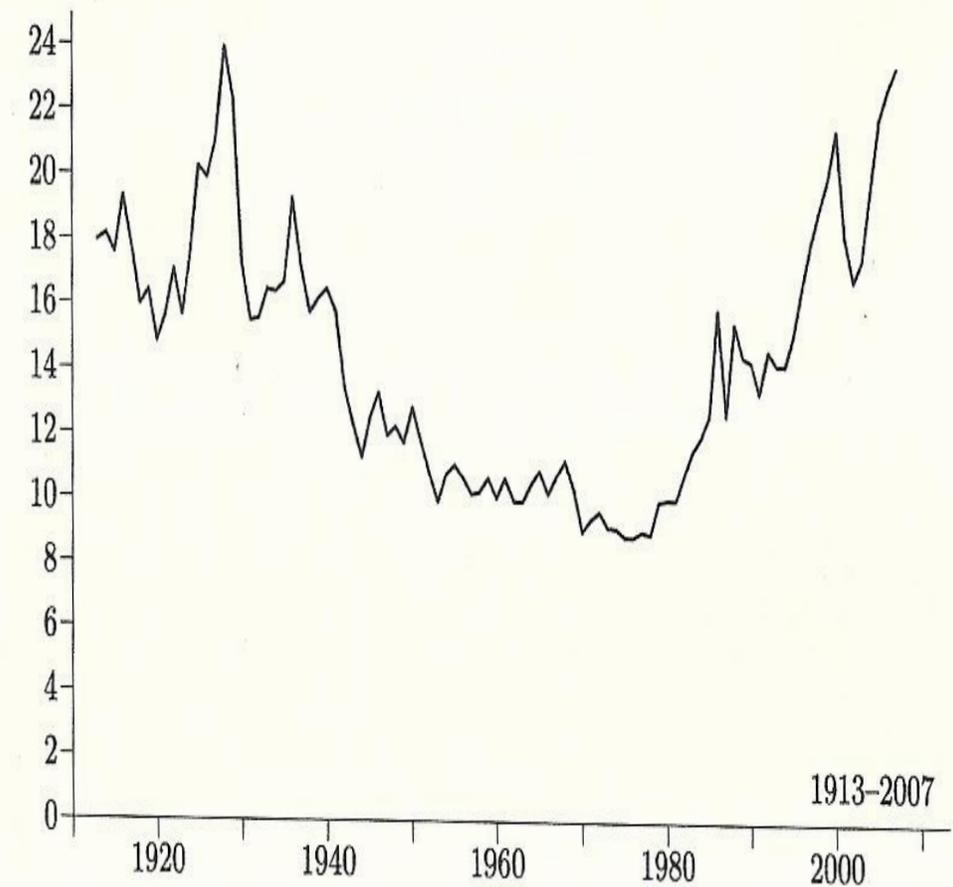


Figure 3.1 Share of total income received by the 1 percent higher income bracket: U.S. households (percent, yearly). Capital gains are included in the measure of income.

Fonte: DUMENIL, Gerard. "The Crisis of neoliberalism", Cambridge: Harvard University Press, 2011, p. 46



“O recém criado (1969) Prêmio Nobel de economia deu apoio à tendência liberal após premiando Freidrich von Hayek em 1974 e, dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman. Após 1974, os defensores do livre mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde após a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política. (Para ser justo com o professor von Hayek, ao contrário dos propagantistas comuns da Guerra Fria, ele não dizia haver tal ligação)” (Eric Hobsbawm, “A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)”. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 398-399)

O primeiro ensaio do neoliberalismo e do neoconservadorismo na década de 1970 ocorreu após o **golpe militar no Chile em 11/09/1973**, uma experiência que aliou ultraliberalismo econômico a um radical anti-liberalismo político. Salvador Allende havia sido democraticamente eleito em 1970 com um programa de nacionalização da mineração, estatização do sistema financeiro, regulamentação sobre monopólios e empresas de telecomunicações e reforma agrária sobre 30% das terras do país. Após o golpe do general Augusto Pinochet, economistas neoliberais com formação em Chicago aplicaram um programa de corte de gastos sociais, desregulamentação e privatização (em especial da seguridade social e da educação), ao mesmo tempo em que se suprimiam todas as liberdades políticas e quaisquer limites sobre os aparelhos de coerção do Estado



Ataque ao Palácio La Moneda (acima)
e prisioneiros no Estádio Nacional (abaixo)
durante o golpe militar no Chile
(11/09/1973)



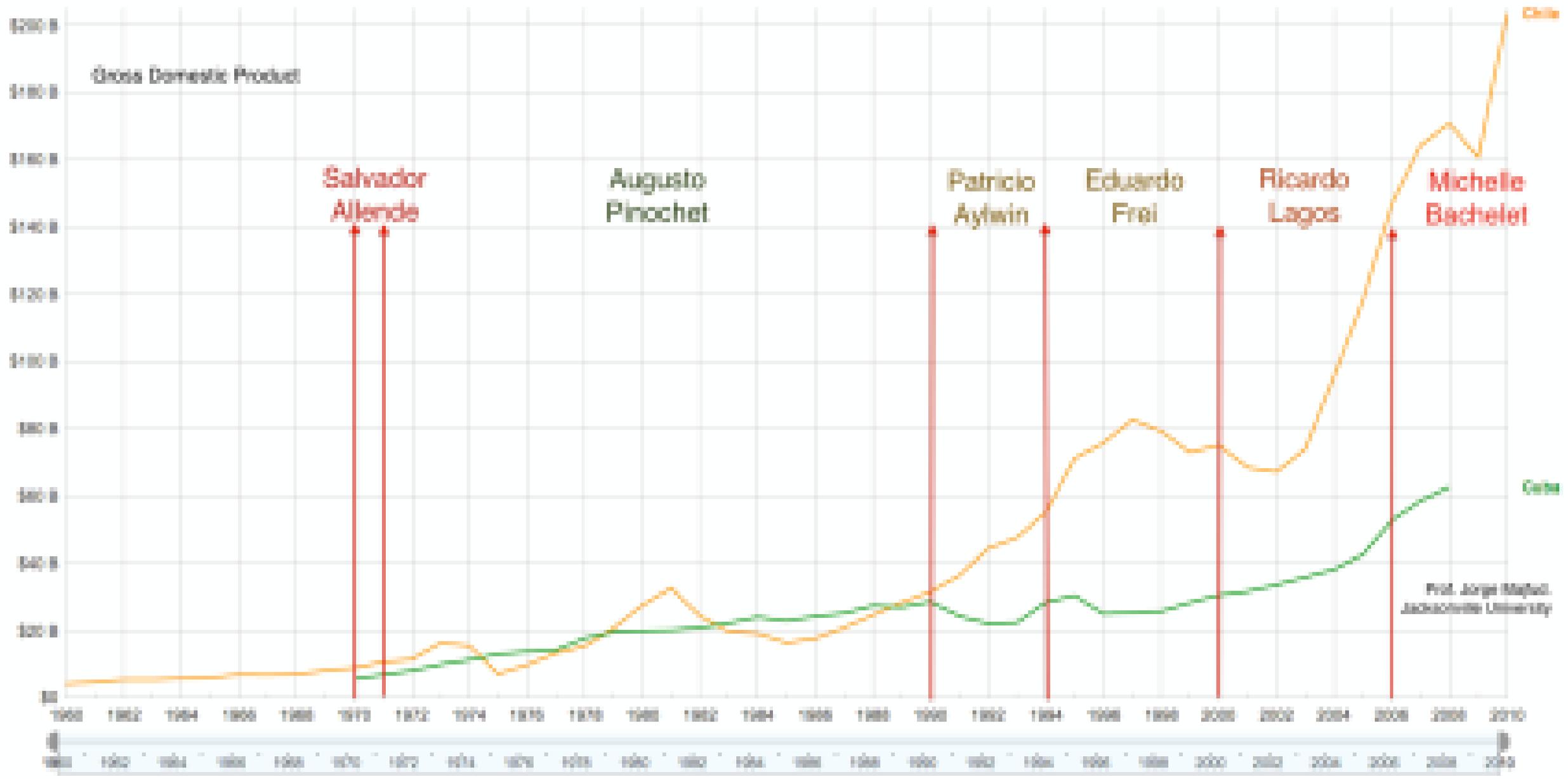
A DOCTRINA DO CHOQUE

A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE

BESTSELLER DO NEW YORK TIMES

NAOMI KLEIN

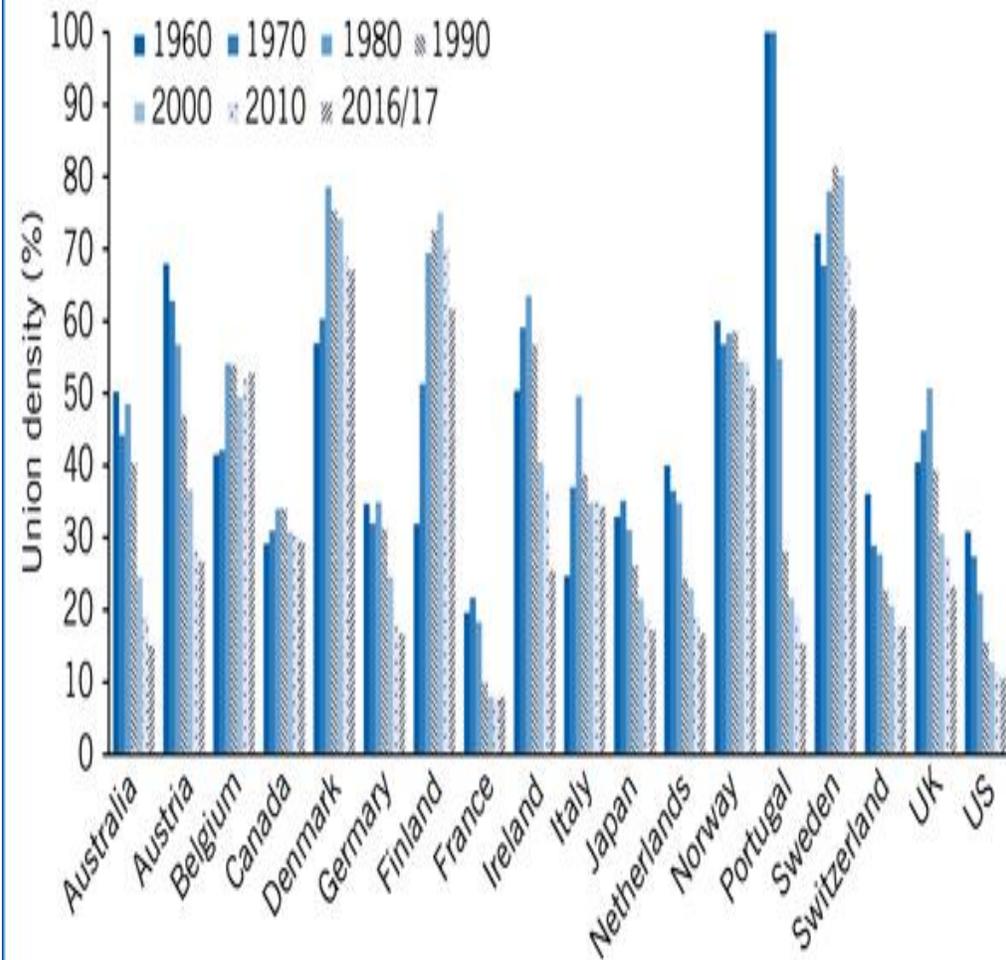
“Os economistas chilenos treinados nos Estados Unidos tentaram implementar suas ideias pacificamente, dentro dos limites do debate democrático, mas foram rechaçados de forma esmagadora. Agora os ‘garotos de Chicago’ e seus planos estavam de volta, num clima muito mais condizente com sua visão radical. Nessa nova era, diante de uma dezena de homens uniformizados, ninguém precisava concordar com eles. Os seus opositores políticos mais fortes estavam presos, mortos ou na clandestinidade; o espetáculo dos bombardeiros aéreos e das caravanas da morte servia para manter todo mundo na linha” (Naomi Klein, “A doutrina do choque”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.166-167)



Prof. Jorge Majfud, Jacksonville University

Em maio de 1979, **Margareth Thatcher foi eleita Primeira Ministra na Grã-Bretanha**, com um programa de privatizações de empresas públicas (em especial as dedicadas à moradia popular), redução de impostos prioritariamente às grandes corporações e às classes altas, corte severo de gastos públicos e elevação da taxa básica de juros com vistas a conter a inflação. Para tanto, era necessário promover uma ampla revolução cultural que dissolvesse todas as formas de solidariedade social em favor do individualismo, como expresso em sua máxima: *“a sociedade não existe, apenas indivíduos”*. Neste sentido, Thatcher combateu associações profissionais, redes de governança municipal e especialmente os sindicatos operários, com destaque para sua vitória histórica sobre a greve dos mineiros entre 1984 e 1985.

Figure 1. Union density, 1960–2016/17



Source: Visser, J. ICTWSS Database. Version 6.0. Amsterdam: Amsterdam Institute for Advanced Labor Studies (AIAS), University of Amsterdam, June 2019.

A DOCTRINA DO CHOQUE

A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE

BESTSELLER DO NEW YORK TIMES

NAOMI KLEIN

“Quando os mineiros do carvão entraram em greve em 1984, Thatcher usou de grande frieza. Qualificando os trabalhadores britânicos como ‘os inimigos internos’, concentrou força total do Estado contra os grevistas.[...] Em 1985, Thatcher havia vencido a guerra: após um ano de greve, os trabalhadores estavam famintos e não podiam continuar; no total 996 pessoas foram demitidas. Foi um resultado devastador para o sindicato mais poderoso da Grã-Bretanha e serviu como clara advertência aos demais: se Thatcher arriscou tudo para esmagar os mineiros de carvão, dos quais o país dependia para obter luz e calor, seria suicídio para sindicatos mais fracos, que produziam bens e serviços menos essenciais, insistir no enfrentamento a sua nova ordem econômica. Era melhor aceitar o que estava sendo oferecido” (Naomi Klein, “A doutrina do choque”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.166-167)

Em outubro de 1979, Paul Volcker (presidente do Federal Reserve Bank no governo de Jimmy Carter) promoveu uma mudança drástica na política monetária dos Estados Unidos, elevando bruscamente a taxa básica de juros. Enquanto políticas keynesianas tinham como objetivo central a preservação do pleno emprego e relativa tolerância à elevação da inflação, o “choque Volcker” representou um esforço para conter a inflação sem medir consequências para a taxa de desemprego. **Ronad Reagan foi eleito presidente em 1980**, com um programa de cortes de gastos sociais, desregulamentação e corte de impostos sobre grandes empresas e classes altas. Em meio a um desemprego crescente na primeira metade dos anos 1980, Reagan também conseguiu erodir o poder dos sindicatos nos EUA, com destaque para sua vitória sobre a greve dos controladores de vôo

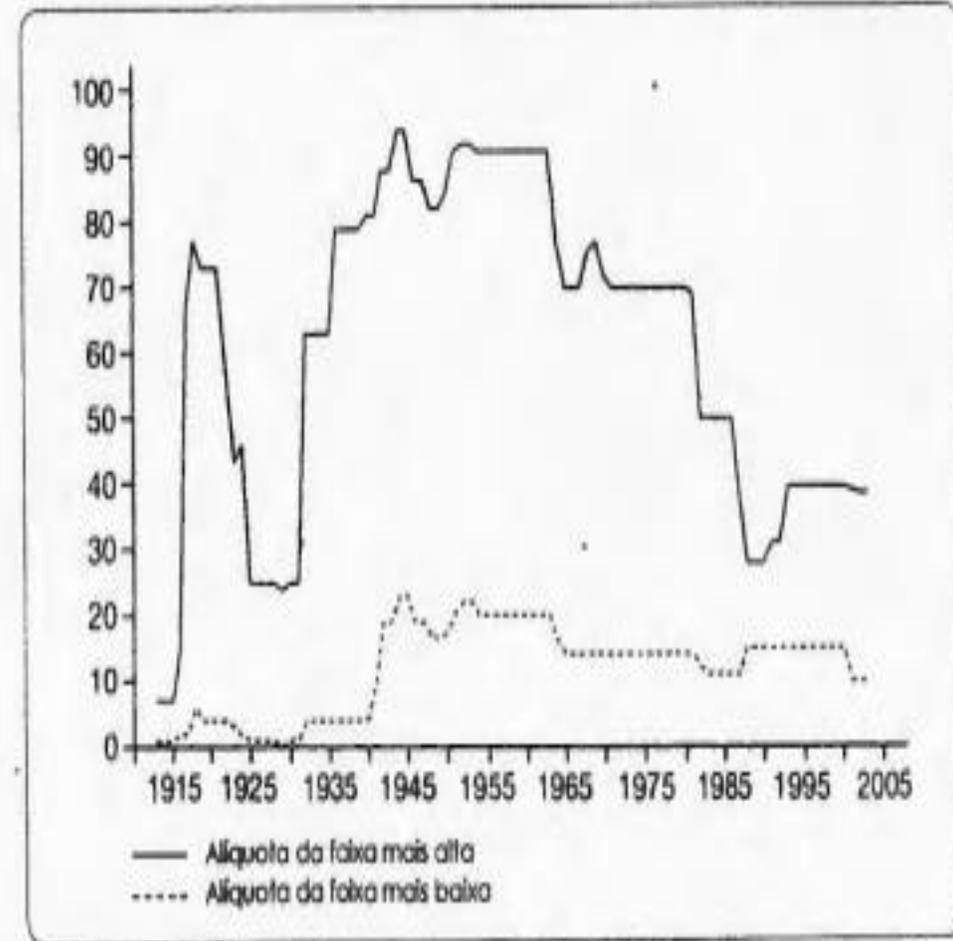
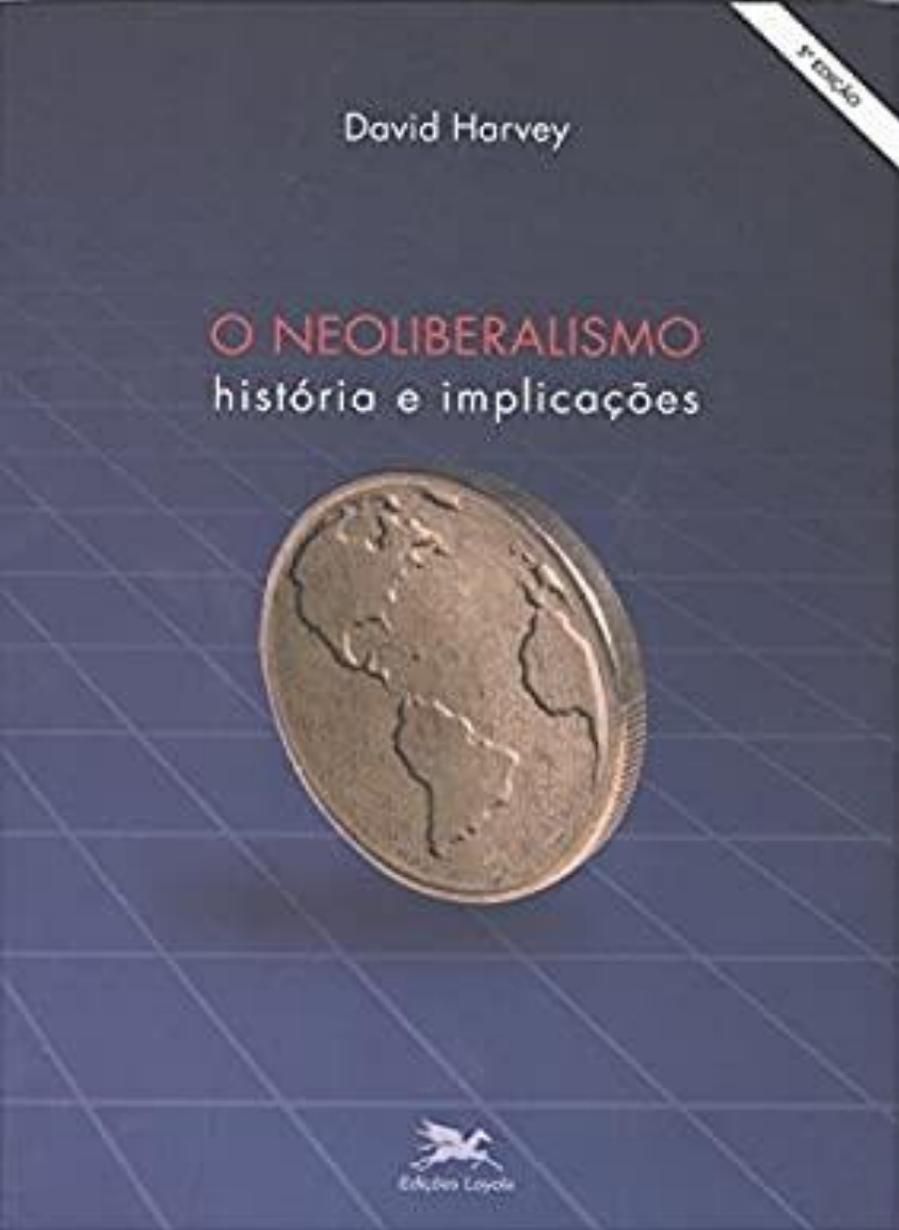


Figura 1.7 A revolta fiscal das classes altas: níveis dos impostos nos Estados Unidos para as faixas mais altas e mais baixas, 1913-2003

Fonte: Duménil, Lévy, *Neoliberal Income Trends*

(David Harvey. “O Neoliberalismo”: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008)

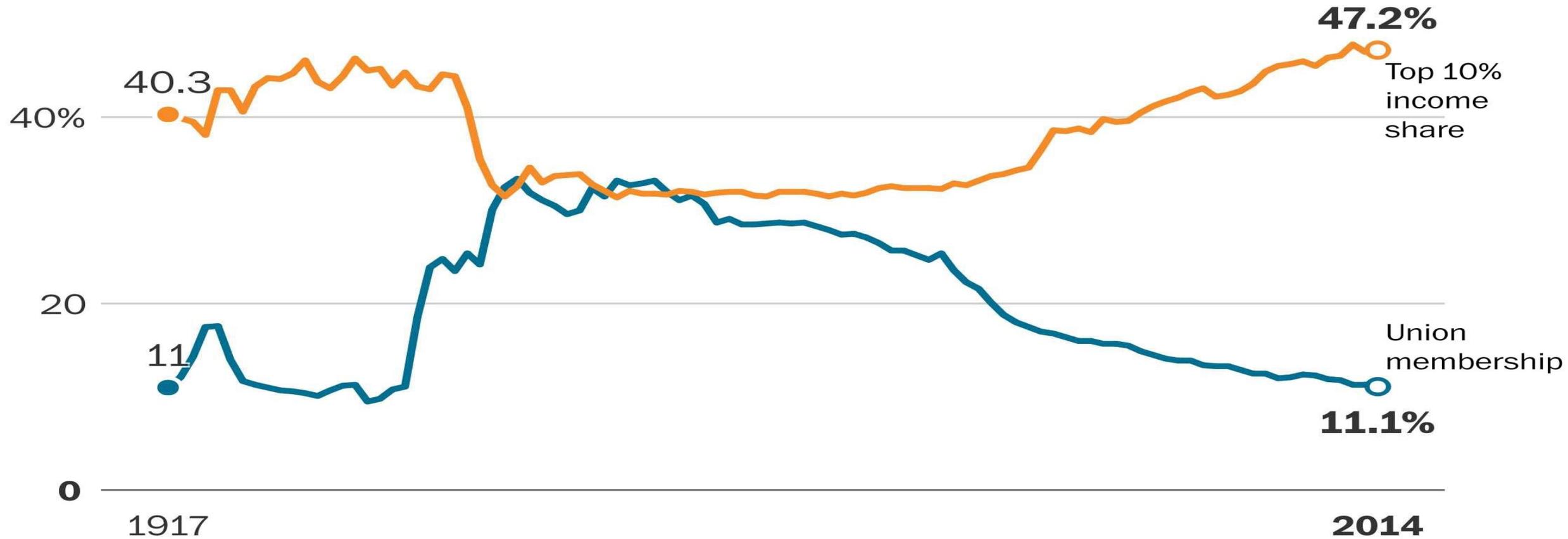


(David Harvey. "O Neoliberalismo": história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p, 77)

"Mas tudo isso exigia neutralizar o trabalho e as organizações trabalhistas para que se conformassem à nova ordem social. Se Nova York foi pioneira nisso ao disciplinar os fortes sindicatos municipais em 1975-77, Reagan a seguiu no nível nacional ao desmontar o sindicato dos controladores de voo em 1981 e ao deixar claro que os sindicatos não eram bem-vindos como participantes dos conselhos internos do governo. Com o desemprego alcançando 10% na metade de 1980, era propício o momento para atacar todas as formas de trabalho organizado e retirar todos os seus privilégios - assim como seu poder. A transferência da atividade industrial das regiões Nordeste e Meio-Oeste, sindicalizadas, para os estados não-sindicalizados e "bons para trabalhar" do Sul, quando não para o México e o Sudeste asiático, se tornou prática-padrão. A desindustrialização das regiões industriais centrais antes sindicalizadas (o chamado "cinturão da ferrugem") tirou o poder do trabalho"

As union membership falls, income concentrates at the top

Share of income going to top 10% of earners vs percent of American workers belonging to unions, 1917 to 2014



Source: Economic Policy Institute

WAPO.ST/WONKBLOG

<https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2018/01/19/union-membership-remained-steady-in-2017-the-trend-may-not-hold/>